

EDUCAÇÃO INCLUSIVA FORTALECIDA PELO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC NA ESCOLA E SUA MELHORIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Gilberto Gomes de Souza (1); Rosangela Gomes de Souza(2)

¹gilberto.gomes81@hotmail.com;²rosangelatailane@gmail.com

Resumo: O trabalho trata-se de um estudo de caso desenvolvido em uma escola pública com Educação Inclusiva do município de Trindade, no sertão do Pernambuco. Teve como objetivo, conhecer o processo de trabalho dos profissionais e a infraestrutura da escola; pesquisar a quantidade de alunos matriculados com deficiência, elaborar uma atividade Intersetorial usando a interdisciplinaridade na ação, com a finalidade de expor conhecimentos aos pais destes, sobre o avanço da Educação Inclusiva para crianças e adolescentes acobertados pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC na Escola e a importância para Promoção da Saúde. Durante a intervenção da pesquisa, para colocar em prática os objetivos, foi realizada uma palestra na escola para os pais dos alunos deficientes. Foi discutidos temas sobre autoestima, as mudanças na forma de educar com a Educação Inclusiva, BPC na Escola e a importância da permanência do aluno na escola. Trata-se de uma Pesquisa Qualitativa, com a Abordagem das Representações Sociais. O estudo mostrou que o envolvimento das famílias na educação e sua aproximação da gestão escolar vêm contribuindo para permanência da política pública de Educação Inclusiva, como ferramenta de acesso a autonomia cidadão e a Promoção da Saúde.

Palavras Chaves: Intersetorialidade, Equidade, Pessoa Deficiente, Inclusão Social, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

No final do século passado, grandes embates políticos entre os idealizadores do movimento da reforma sanitária; movimentos sociais e da educação de base, passaram a lutar pelo o financiamento e efetivação das leis sociais garantidas pela constituição de 1988. O termo inclusão social através do acesso a educação é novo e era pouco conhecido, passou a ser designado pela sociedade como toda e qualquer política de inserção de pessoas ou grupos de excluídos ao seu direito de participar da vida social com equidade.

Conforme Berhring (2013), a década de 1990 é marcada pela luta pelo financiamento das políticas públicas. A Inclusão social é defendida por todas as classes da sociedade civil, através de inúmeros movimentos sociais que reivindicam do poder público, a garantia dos Direitos a todos os indivíduos. Com aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, Lei nº 8.142 de dezembro de 1993, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) passou a beneficiar pessoas com deficiência e idosos com mais

(83) 3322.3222

contato@conbracis.com.br

www.conbracis.com.br

de 70 anos de idade. Hoje a idade mínima caiu para 65 anos, outro critério é viver em situação de vulnerabilidade social e possuir renda familiar comprovada inferior a 1\4 do salário mínimo (FERREIRA, 2011).

Em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), lei nº 9.394\96 com a finalidade de melhorar a educação nacional. O Capítulo V trata das normas e mudanças exigidas ao estado para o cumprimento da lei, tendo como resultado final, melhorias para implantar a educação especial em todas as cidades do país, fortalecendo a lógica da inclusão social (MANTOAN, 2014). Em 1997, o Governo Federal que já havia se comprometido em investir em Educação Inclusiva, aprovou a Medida Provisória nº 1.473 que revisou o BPC ampliando cobertura a mais pessoas que não eram beneficiadas.

A operacionalização do BPC é compatível com a finalidade da Educação Inclusiva, para o desenvolvimento dessas duas políticas públicas, a intersetorialidade segundo a autora Yazbek (2014), se desenvolve como uma ferramenta importantíssimas para aproximar as instituições e as diferentes profissões. Para diminuir a evasão escolar de pessoa com deficiência, em 2007 foi criado o Programa BPC na Escola. Teve como meta, garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência de 0 a 18 anos. A operacionalização do BPC na Escola envolve o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), da Educação (MEC), da Saúde (MS) e a Secretaria de Direitos Humanos da Previdência da República. Trabalhando juntos intersetorialmente, esses órgãos têm a responsabilidade de sempre está reformulando a lei para melhor atender o usuário efetivando as políticas públicas de inclusão social (DE OLIVEIRA, 2017).

Para interligar os dados entre as instituições, foi criado o Cadastro Único-CADÚNICO uma rede de dados do Governo Federal, passando a ser uma exigência para todos os beneficiados serem cadastrados, facilitando o monitoramento e acompanhamento de casos. No caso de pessoas com deficiência, esse passou a ter que provar sua deficiência, através de avaliação, perícia e laudo médico. Já no caso de idosos, a comprovação é documental. Com o BPC na Escola, a Educação Inclusiva ganha espaço na Política Nacional de Educação (PNE), principalmente porque passou a envolver diferentes profissionais das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde e Direitos Humanos. Tornou-se uma estratégia que visa à inclusão socioeducacional, ampliação da autonomia, autoestima e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência (FREIRE, 2014).

Segundos dados de 2015 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que é ligado ao Ministério da

Educação, o número de crianças com deficiências em salas de aulas comuns entre 2005 e 2015, divulgados pelo Censo Escolar aumentou 6,5 vezes, passou de 114.834 para 750.983. Um novo estudo em 2017 mostrou que o número de alunos com deficiência matriculada no ensino regular público, chegou a 930.683. Para o autor Mantoan (2014), os bons resultados da Educação Inclusiva estão atrelados a políticas públicas de inclusão social, próprio BPC na Escola com transferência de renda, mudanças na legislação, capacitações de professores e melhoria nas estruturas físicas das escolas para receberem alunos com deficiência (intelectual, visual, auditiva e múltipla) ou Transtornos do Espectro Autista (TEA) ou apenas Autismo tem incentivado a matrículas de mais alunos.

Com avanços significativos na política de educação de base, impulsionando inserção social, o governo federal criou a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, para assegurar e promover, em condições dignas de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para pessoa com deficiência, almejando mais inclusão social, promovendo cidadania aos excluídos. A terminologia Educação Inclusiva, acabar com paradigmas construídos socialmente dentro do espaço educacional que dividia escola especial x ensino regular, indivíduos em normais e deficientes, iguais e diferentes (PARO, 2017). O avanço na legislação para pessoas deficientes obriga de forma radical e sistemática, que os alunos sejam matriculados na mesma escola comum, para juntos aprenderem a quebrar barreiras, sem preconceito valorizando a diversidade. Essa mudança contribui para melhoria da qualidade de vida, consecutivamente para promoção da saúde.

A pesquisa foi feita no município de Trindade no sertão pernambucano no mês de março deste ano, atualmente segundo dados do IBGE (2010) a cidade tem 30.155 mil habitantes, 1.297 beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, 350 são pessoas com deficiência. Na rede pública de ensino, apenas a Escola Estadual Professora Antônia Marinho Apolinário é preparada para receber alunos com deficiência. A pesquisa é de cunho qualitativo Richardson (2017). Trata-se de um estudo de caso, utilizou-se a Abordagem das Representações Sociais por entender que essa abordagem pode socializar conhecimento, com interação social entre diversos indivíduos e grupos, projetando-os para serem cidadãos dotados direitos sem preconceito.

METODOLOGIA

A evolução do conceito de Educação Inclusiva como sinônimo de acesso a autonomia e o BPC na Escola como política pública, garantindo transferência de renda para sobrevivência individual ou da família, vêm sendo tema de estudo de muitas ciências do conhecimento porque tem contribuído para promoção da saúde de muitas pessoas deficientes. A intersectorialidade existente entre os órgãos responsáveis por colocar em prática a operacionalização dos dois programas e o aumento de alunos matriculados no ensino regular, de forma direta, abriu espaço para ações interdisciplinares e a união dos saberes para avançar na conquista de direitos sociais.

O estudo trata-se de uma Pesquisa Qualitativa, de caráter exploratório que teve a finalidade de construir novos conhecimentos sobre o tema abordado. Nas últimas décadas, a pesquisa qualitativa vem sendo utilizada com frequência entre os pesquisadores das ciências humanas, sociais e saúde Richardson (2017). Tem o potencial de estimular pessoas a pensarem livremente, subtraindo deles percepções; aspectos subjetivos; emotivos e espontâneos que defini bem a natureza do objeto de estudo, apontando resultados com diferentes visões críticas, das mais variadas abordagem metodológica, que nos permite ter informações precisas na analisar do material colhido na pesquisa.

A elaboração da fundamentação teórica do estudo, contou com ajuda da base de dados da Scielo e do Google Acadêmico, onde foram feitas consultas bibliográficas sobre as legislações que criaram a Educação Inclusão e o BPC na Escola. O artigo é um Estudo de Caso, a metodologia usada teve como referência a Abordagem das Representações Sociais, teoria que se apresenta como uma modalidade particular do conhecimento entre pessoas ou objeto; fortalece a interação social de determinado grupo de indivíduos; explicam os fenômenos do homem a partir de uma perspectiva coletiva sem perder de vista as origens individuais; o ambiente social e as relações interpessoais que influenciam a construção do conhecimento compartilhado (MOSCOVICI, 2012).

A ação interdisciplinar usada no estudo se deu através da palestra realizada, teve o objetivo de possibilitar que outros profissionais convidados de outras instituições pudessem contribuir para enriquecimento do conhecimento dos participantes. A intervenção foi dividida em três etapas: a primeira se deu com a visita a escola para conhecer a realidade da infraestrutura e os professores capacitados para atuar com Educação Inclusiva; a segunda etapa se procedeu com coletas de dados na escola e observação no comportamento de pais e dos alunos com deficiência beneficiados pelo BPC na Escola e a terceira e última etapa se desenvolveu com a organização da atividade,

elaboração de um cartaz e panfletos informativos com informações sobre o BPC.

Para enriquecer a palestra, foi convidada uma profissional de Serviço Social técnica da Secretaria de Assistência Social do município e responsável pelo BPC na Escola, três estagiárias do Curso de Serviço Social para falar um pouco sobre saúde mental e duas professoras da escola especialistas em Educação Inclusiva. Para convidar os pais dos alunos, os professores colaboraram fazendo o convite.

A Escola Estadual Professora Antônia Marinho Apolinário foi fundada em 1988, atualmente desenvolve um trabalho com educação inclusiva, contendo um quadro de 35 professores dos quais 5 trabalham exclusivamente com crianças com deficiência, estão devidamente matriculados 1.100 alunos funcionando regularmente nos três turnos, existem duas turmas específicas para crianças e adolescentes com deficiência visual, auditiva ou intelectual, uma turma é composta por 15 alunos crianças, em outra turma estudam 12 alunos adolescentes, além destas, existem mais 15 alunos com deficiência, os chamados alunos inclusos com um grau de deficiência intelectual menor e estão inclusos nas mais variadas séries de ensino, no total dos 1.100 alunos 42 são crianças e adolescentes com deficiência. A escola disponibiliza para alunos com deficiência auditiva e visual uma interprete de libras e uma professora especializada em Braille para melhor desenvolvimento destas na vida escolar.

A Escola Estadual Professora Antônia Marinho Apolinário disponibiliza uma sala denominada Atendimento Especial Especializado (AEE) equipado com máquina que imprime as atividades em Braille, mesa redonda, jogos educativo, entre outros materiais para reforço escolar das crianças e adolescentes com deficiência, e uma professora capacitada para desenvolver atividades específicas para cada tipo de necessidade, funcionando todos os dias da semana em horário extracurricular. Outro tema importante que trouxe diálogo entre todos, foi registrado quando o assunto se tratou de melhorias na forma de educar. Os pais relataram que a mudança ocorrida nas legislações para tentar humanizar a educação, através da Educação Inclusiva, colocando todos juntos na mesma sala, tem construído espaços de convivências onde se ensinar e aprender ao mesmo tempo, sendo esse um fato positivo que tem contribuído para a permanência do aluno na rede de ensino.

A Assistente Social abordou o tema BPC na Escola mostrando como o beneficiado deve fazer para não ter seu benefício cancelado, enfatizou também a importância da atualização do cadastro e de manter os filhos matriculados na escola para poderem continuar recebendo o mesmo. Para finalizar a palestra, as estagiárias do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), explicaram

aos participantes onde ficava a instituição e quais serviços disponíveis.

Resultados

Dos 42 alunos que estudam na escola, apenas 25 pais deles compareceram. Para o objetivo do estudo, o número de pessoas que participaram da palestra foi satisfatório. Ficou acordado que todos tinham direito a voz, podendo expressar opiniões positivas como também suas críticas. O tema sobre autoestima despertou várias discussões, envolveu assuntos relacionado à saúde do cuidador, a responsabilidade da escola e o combate a discriminação social sofrida por pessoas deficientes. Para a promoção da saúde, a atividade desenvolvida ajudou muitas pessoas a terem conhecimento sobre a temática de Educação Inclusiva e BPC na Escola e suas contribuições para saúde coletiva.

Discussão

No município a escola Estadual Professora Antônia Marinho Apolinário é referência no atendimento às crianças e adolescentes com deficiência, até o final do estudo, 42 alunos estavam matriculados, todos são beneficiados pelo BPC na Escola. Durante a visita à escola, se observou a chegada dos alunos com deficiência, na área externa do colégio e salas de aula, dessa avaliação pode-se ter a concepção da convivência com os outros alunos. Percebe-se uma integração da turma com os alunos deficientes, apoiando a acessibilidade, a construção de laços sociais afetivos, respeito pelo próximo, aceitação da diversidade como forma de eliminar a discriminação e o amor das professoras com os alunos deficientes para ensinar e educar.

Durante a visita foi possível conversar com vários pais dos alunos, a intenção era de se aproximar e conhecer como é o dialogo deles com a gestão da escola, professores e pais de outros alunos. Os pais relataram que são participativos com a gestão na fiscalização do cuidado com os filhos e que a escola é o espaço que melhor se identifica com a felicidade de seus filhos. Como educar é um processo lento, a aproximação de professores com os pais que são cotidianos na escola melhora a relação pessoal de ambos, essa união colabora para o avanço educacional e a inclusão social. A sala multifuncional e o acompanhamento individual aos alunos com mais dificuldades de apreender, têm criado resultados positivos, aumentando também os vínculos de laços sociais entre professores, pais e alunos. O companheirismo dos colegas do colégio em geral, respeitando as

limitações, também vêm contribuindo para a permanência dos alunos na escola, qualidade de vida e promoção da saúde.

Em relação ao BPC na Escola, argumentaram que o valor disponibilizado pelo benefício, já faz parte como complemento da renda familiar e é importantíssimo na manutenção alunos deficientes na escola. Muitas famílias vivem em situação de vulnerabilidade social alegaram, além da pobreza extrema, sempre gastam dinheiro com consultas, exames e remédios com os seus filhos. Nesse contexto, o benefício exerce função auxiliar de reta guarda para sustento de muitas famílias, principalmente, para alguns alunos deficientes com várias patologias.

Conclusão

A sociedade brasileira depois de muitas lutas dos movimentos sociais vem tendo o prazer de vê a inclusão social através da Educação Inclusiva, se tornar realidade em nosso país. A qualidade da educação para pessoas deficientes perpassa a escola, durante séculos esses indivíduos foram rotulados como incapazes de viverem, aprender coisas, estudar, entre várias outras designações construídas que negativa a autonomia e o desenvolvimento pessoal. O avanço conquistado dentro da sala de aula deve ser levado ao conhecimento de todos para maior valorização da diversidade. Aceitar as pessoas como elas são, evita criar novos preconceitos contribuir para fortalecer a autoestima, o resultado do estudo mostra que tanto as crianças, como a família sofre com preconceitos já instituídos. Como solução para o problema, aumentar o trabalho integrado a longo tempo entre a rede, fortalecendo as representações sociais e as políticas públicas. Muitos professores não buscam se capacitar, por ser focado apenas em sua área do conhecimento, a escolas tem poucos equipamentos multifuncionais, mais esses suprem a necessidade. A permanência dos alunos, evitando sua desistência e evasão escolar se encontra dentro da média nacional, o Município pelo tamanho de seu território e a quantidade de crianças e adolescentes deficientes, deveria ter várias escolas para atender esse público. O BPC na Escola é sem dúvida o grande incentivador da permanência dos alunos, o trabalho excelente das professoras também contribui para essa estatística.

Referências Bibliográficas

BEHRING, E. R. et al. Política Social: fundamentos e história. **Revista ORG & DEMO**, v. 14, n. 2, 2013.

DE OLIVEIRA, J. F; LIBÂNEO, J. C; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** Cortez Editora, 2017.

FAZENDA, I. C.; PRADO, H. **Interdisciplinaridade: Pensar, pesquisar e interagir.** Cortez Editora, 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas - Capítulo 5.** Editora ATLAS SA-2015-São Paulo, 2017.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Editora Paz e Terra, 2014.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?.** Summus Editorial, 2015.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis: Vozes, 2012.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** Cortez Editora, 2017.

YAZBEK, M. C. **Sistema de proteção social, intersetorialidade e integração de políticas sociais. A intersetorialidade na agenda das políticas sociais.** São Paulo: Papel Social, p. 77-103, 2014.

